



Capítulo 1: A Teoria de Mudança da EPI

O Problema

Desde o seu início, os estados-membros da EPI reconheceram que as ameaças enfrentadas pelos elefantes de África são uma manifestação de um processo muito mais amplo de perda de biodiversidade. Estamos a destruir os ecossistemas que sustentam o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer que desde o início da década de 1970, a biodiversidade e os ecossistemas que sustentam toda a vida têm estado em declínio.

Os principais impulsionadores directos da perda de biodiversidade, de acordo com a IPBES (Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos, IPBES, 2019) incluem:

- 1. Mudança no uso do mar e da terra:** O maior factor de perda de biodiversidade é a forma como as pessoas utilizam a terra e o mar.
- 2. Exploração directa de organismos:** A exploração directa de organismos refere-se à forma como exploramos animais e plantas para obter alimentos e materiais.
- 3. Alterações climáticas:** As alterações climáticas estão a ter um impacto dramático no nosso ambiente natural. Algumas espécies estão a desaparecer, enquanto outras têm de se deslocar, devido a alterações nas temperaturas do ar e da água dos oceanos, nos padrões climáticos e no nível do mar.

Os principais impulsionadores indirectos da perda de biodiversidade são a desconexão das pessoas com a natureza e a falta de valor e importância da natureza (IPBES, 2019).

As causas subjacentes incluem:

- a.** Falhas do mercado, em que o preço dos bens e dos serviços ecosistémicos não reflecte a totalidade dos custos de produção.
- b.** Falhas políticas, em que as políticas, planos e práticas governamentais e privadas não protegem adequadamente a biodiversidade, e onde o ganho económico a curto prazo é priorizado em detrimento dos benefícios a longo prazo, agravadas por uma distribuição desigual de posse e direitos.
- c.** Falhas de governação, em que as regras e leis são aplicadas de forma desigual ou inadequada e a corrupção prevalece, resultando numa erosão dos bens públicos.
- d.** Falhas de capacidade a nível individual, comunitário, institucional e sistémico, onde a capacidade de identificar e implementar abordagens à biodiversidade e à conservação dos ecossistemas é limitada pelo acesso insuficiente ao conhecimento, às tecnologias e ao financiamento necessários para sustentar e fortalecer os meios de subsistência.

Todos estes factores e causas subjacentes afectam os elefantes de África, mas foi o abate ilegal de elefantes para o comércio internacional de marfim que levou a uma exploração exagerada e dramática da espécie e que ainda ameaça a sua sobrevivência a longo prazo. No entanto, durante a última década, a perda de habitat eclipsou indiscutivelmente a caça furtiva como a ameaça mais importante para os elefantes. Devido ao rápido crescimento da população humana e ao crescimento económico, os assentamentos e infraestruturas relacionadas estão a expandir-se e o habitat da vida selvagem está a ser convertido em terras agrícolas ou pastagens para o gado. As rotas de migração dos elefantes estão a ser cortadas, as áreas de dispersão fragmentadas e a conectividade perdida. À medida que as pessoas e os elefantes competem por terras e recursos naturais cada vez mais escassos, o conflito homem-elefante (HEC) tem aumentado, por vezes resultando na morte ou ferimentos de pessoas e na matança retaliatória de elefantes.



Reserva de marfim
KWS, Quênia, Martin
Middlebrook



A Solução

A Conferência de Londres sobre o Comércio Ilegal de Vida Selvagem, em 2014, reconheceu que o comércio ilegal de vida selvagem e a caça furtiva associada atingiram níveis sem precedentes. A Conferência de Londres teve como objectivo inverter o crescimento do comércio ilegal, nomeadamente através de medidas para erradicar os mercados ilícitos, assegurando quadros jurídicos e dissuasores eficazes e reforçando a aplicação e o apoio a meios de subsistência sustentáveis e ao desenvolvimento económico. A Conferência de Londres reconheceu que o comércio ilegal só poderia ser eficazmente combatido se tanto o lado da procura como o da oferta fossem abordados.

Conforme explicado na Introdução, a EPI foi estabelecida durante esta conferência, com quatro objectivos:

- ◊ Manter a moratória internacional de 1989 sobre o comércio de marfim durante pelo menos 10 anos e posteriormente até que as populações de elefantes deixem de estar ameaçadas
- ◊ Encerrar os mercados nacionais de marfim
- ◊ Implementar o Plano de Acção para o Elefante Africano de 2010.
- ◊ Retirar as reservas de marfim do uso comercial



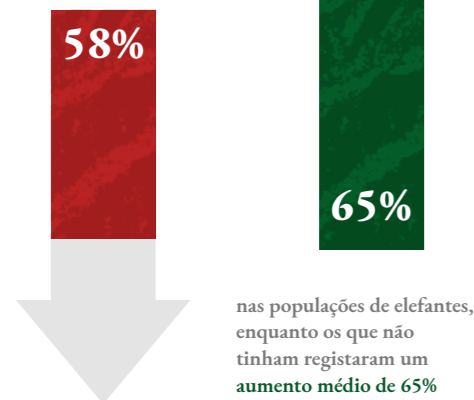
A Teoria de Mudança da EPI para o Tráfico de Marfim

A Teoria de Mudança aqui descrita é uma abordagem holística para abordar o tráfico de marfim, abrangendo estratégias como a manutenção da moratória internacional sobre as transacções comerciais de marfim, o encerramento dos mercados nacionais de marfim e a prevenção da utilização económica das reservas de marfim. O objectivo é perturbar toda a cadeia de abastecimento e reforçar as medidas de aplicação, o que, combinado com uma maior sensibilização e mudanças culturais, acabará por conduzir a um declínio significativo na procura, resultando no colapso dos preços globais do marfim e, conseqüentemente, numa redução na caça furtiva.

A proibição internacional das transacções comerciais de marfim constitui a base para o encerramento dos mercados nacionais e ajuda a reforçar os quadros jurídicos e os sistemas de sanções, ao mesmo tempo que melhora a aplicação colaborativa entre os países ao longo de toda a cadeia de valor do marfim. Por outras palavras, reforça a dissuasão do lado da oferta do comércio. Além disso, a proibição internacional envia uma mensagem forte ao público – mantendo e aumentando a sensibilização e criando pressão social – afectando assim também o lado da procura no comércio. A proibição pode ser difícil de aplicar, mas as provas de que funcionou na redução da procura de marfim foram bem documentadas, sendo o declínio do mercado de marfim no Japão um dos melhores exemplos (Thomas-Walters et al., 2023).

Os mercados nacionais de marfim, independentemente da sua legalidade, proporcionam aos caçadores furtivos e a outros intervenientes na cadeia de valor oportunidades de comprar e vender marfim sem supervisão. Entre 1989 e 2007, os estados onde existem elefantes com mercados domésticos de marfim registaram, em média, um declínio de 58% nas populações de elefantes, enquanto os que não tinham registaram um aumento médio de 65% (Lemieux & Clarke, 2009). Mesmo a presença de um mercado interno único de marfim numa determinada região tende a estimular a caça furtiva e o tráfico

os estados onde existem elefantes com mercados domésticos de marfim registaram, em média, um **declínio de 58%** nas populações de elefantes



nas populações de elefantes, enquanto os que não tinham registaram um **aumento médio de 65%**

de marfim nos países vizinhos. Assim, o encerramento dos mercados nacionais de marfim é um passo importante na redução da caça furtiva de elefantes e do tráfico de marfim, mas deve ser acompanhado pelo reforço das leis e sanções relativas à vida selvagem. Sem dissuasão suficiente, o comércio de marfim passa despercebido.

Retirar as reservas de marfim das actividades económicas

faz parte de uma estratégia mais ampla para abordar as causas profundas da caça furtiva de elefantes e do tráfico de marfim. As vendas dos produtos das reservas perpetuam a procura de marfim e contribuem assim para o declínio das populações de elefantes. Se conseguirmos impedir que o marfim seja armazenado fora do mercado, também encorajaremos o desenvolvimento de práticas éticas, legais e sustentáveis, e de fontes alternativas de rendimento para as comunidades até agora envolvidas no comércio de marfim.

A destruição das reservas de marfim está alinhada com as leis e acordos internacionais, mais particularmente a CITES, que proíbe o comércio legal internacional de marfim (Scanlon et al., 2023). Além disso, a destruição do marfim confiscado (Resolução Conf. 17.8 da CITES) envia uma mensagem forte de que a comunidade internacional condena a caça furtiva e o comércio de marfim. Embora seja pouco provável que isto desencoraje os caçadores furtivos e os traficantes, pelo menos aumenta a sensibilização do público, afectando assim o lado da procura do comércio. Informa o público sobre a situação dos elefantes e as consequências do comércio ilegal, ao mesmo tempo que estimula discussões sobre a importância da conservação e a necessidade de proteger as espécies ameaçadas¹.

O objectivo dos **Planos de Acção Nacionais para os Elefantes (NEAP)** é ajudar os estados-membros da EPI a identificar e priorizar acções para proteger, gerir e monitorizar os seus elefantes, em linha com o Plano de Acção para o Elefante Africano (AEAP). Os NEAP pretendem apresentar um corpo de trabalho coeso e abrangente necessário para conservar os elefantes de um estado de distribuição. Isto inclui a redução da caça furtiva e do comércio ilícito de marfim (Objetivo 3 do AEAP revisto para 2023) e o reforço da colaboração internacional para melhorar a aplicação da lei ao longo de toda a cadeia de valor do marfim (Objetivo 6 do AEAP), uma melhor cooperação e colaboração com as comunidades (Objetivo 7) e minimização do conflito entre homens e elefantes (Objetivo 1). Assim, o NEAP é uma ferramenta abrangente para reduzir tanto a oferta como a procura no comércio de marfim.

Por último, mas não menos importante, está o objectivo da EPI **de mitigar e reduzir o conflito entre homens e elefantes (HEC)** nos nossos estados-membros, de facilitar a coexistência entre pessoas e elefantes, prevenir a morte ou ferimentos nas pessoas, e reduzir a matança retaliatória de elefantes e a caça furtiva, bem como fomentar uma mudança positiva nas atitudes em relação à conservação dos elefantes.

Esta teoria abrangente de mudança visa abordar o tráfico de marfim através de uma abordagem multifacetada, reconhecendo a interligação da oferta e da procura, a importância da cooperação internacional e da acção nacional, e a necessidade de esforços sustentados em todos os sectores para proteger os elefantes e os seus habitats.

